

AGRICULTURA E MERCADO DE TRABALHO: TRABALHADORES BRASILEIROS NAS FAZENDAS DE CAFÉ E NA CONSTRUÇÃO DE FERROVIAS EM SÃO PAULO (1850-1890)

Maria Lúcia Lamounier
Professora Assistente Doutora
FCL/UNESP-Araraquara

Introdução

Este texto focaliza transformações na organização das relações de trabalho nas regiões de expansão cafeeira em São Paulo, no período entre 1850-1890. Em 1850, a extinção do tráfico internacional de escravos intensificou a crise de mão-de-obra e o problema de encontrar fontes alternativas de trabalhadores que sustentassem a crescente agricultura de exportação. Os fazendeiros de café de São Paulo iniciaram as primeiras experiências com a importação de trabalhadores imigrantes europeus, engajados sob o regime de parceria. Os anos 1850 marcam tempos de euforia e de frustração com o trabalho dos estrangeiros. Diante do fracasso das primeiras tentativas de substituir o escravo pelo trabalhador estrangeiro, os fazendeiros, além de buscar suprir a crescente demanda de “braços” através do tráfico interprovincial de escravos, se voltam para os trabalhadores brasileiros.

Em 1852 foram aprovadas medidas efetivas para a construção de ferrovias no nordeste e no sudeste do país. Até 1890, milhares de quilômetros de ferrovias foram construídos no país, especialmente na província de São Paulo. Muitos fazendeiros viam a construção de ferrovias como um meio adicional de contrabalançar os efeitos negativos do fim do tráfico de escravos e de um eventual fim da escravidão. Além de reduzir os custos do transporte, trazer “progresso” e “trabalho livre”, esperava-se que as ferrovias contribuíssem para a liberação de centenas de trabalhadores engajados no sistema de transporte por tropas de burros e bois. No entanto, a grande onda de construção de ferrovias no período também contribuía para intensificar o problema de mão-de-obra, permitindo o alargamento da fronteira agrícola, expandindo a área cultivada e aumentando a produção; especialmente diante dos poucos progressos técnicos verificados em determinados setores da produção

cafeeira. Acrescente-se aí também que a construção das ferrovias, a construção de novos caminhos ligando as fazendas às estações e sua manutenção – e a atração que os centros urbanos que cresciam pela influência da ferrovia exerciam sobre a população - contribuíam igualmente para intensificar a demanda de trabalhadores.

Na década de 1870, a crescente expansão cafeeira proporcionada pela ampliação da malha ferroviária ao longo do período influenciava o debate sobre a extinção da escravidão e a transição para o trabalho livre. A apreensão com a “falta de braços” se intensificou com a aprovação em 1871 da Lei Rio Branco que dispunha sobre a libertação gradual dos escravos. Desde então até a abolição definitiva da escravidão em 1888, várias políticas foram implementadas na tentativa de resolver o problema de mão-de-obra e reorganizar as relações de trabalho. Nos anos 1870, desencadeou-se uma grande onda de construção de linhas, extensões e ramais ferroviários ampliando significativamente a fronteira em direção ao oeste paulista. A construção de ferrovias demandava um grande número de engenheiros, técnicos, trabalhadores qualificados e semi-qualificados. Mas, demandava principalmente um grande número de trabalhadores não qualificados. Escravos, imigrantes e trabalhadores brasileiros eram recrutados para os trabalhos nas obras de construção.

Levando em conta as questões relevantes tratadas pela historiografia no que diz respeito ao papel desempenhado por trabalhadores escravos, libertos, nacionais e estrangeiros, o presente texto revela as contradições e a complexidade das relações que compõem o período usualmente designado por período de transição e de constituição de um mercado de trabalho livre. A historiografia sobre o tema em geral ressalta a ausência/marginalidade dos trabalhadores nacionais na economia agroexportadora. Seja privilegiando a economia cafeeira e o fluxo imigratório em São Paulo, seja privilegiando os aspectos culturais desse grupo de população que resistia em se submeter aos novos moldes de dominação e padrões de eficiência e disciplina impostos neste momento de transição para o trabalho livre, os autores assumem a exclusão dos trabalhadores brasileiros considerados “vadios” e “indolentes” pela sociedade contemporânea.

Ao examinar a presença marcante dos trabalhadores nacionais em diversas atividades das fazendas de café e nas obras de construção de ferrovias, este texto revela a peculiaridade do emprego nessa economia rural baseada no trabalho escravo. Nestes setores da economia, a natureza sazonal, de curto prazo do emprego favorecia a mobilidade

geográfica dos trabalhadores, os arranjos temporários e a ampliação do leque de atividades remuneradas procuradas pelos trabalhadores brasileiros; irregularidade/instabilidade que muitos identificavam como ociosidade e justificavam o recurso ao trabalho escravo, ao imigrante e a legislações repressivas.

O texto está dividido em três seções. A primeira seção discute o modo como a historiografia tem abordado o lugar dos trabalhadores brasileiros livres e pobres nessa economia agro-exportadora no século XIX. A segunda seção examina a presença de trabalhadores brasileiros em diversas atividades na produção cafeeira. A terceira seção investiga o papel dos trabalhadores brasileiros nas obras de construção das ferrovias.

1. A historiografia e os trabalhadores nacionais

O reduzido número de estudos sobre o trabalhador livre nacional no século XIX levou P. Eisenberg a sugerir uma série de temas de pesquisa sobre esse “homem esquecido” em célebre artigo publicado há mais de vinte anos.¹ A lacuna foi constatada posteriormente por vários estudiosos do período, mas deve-se reconhecer que muito pouco tem sido feito para resgatar os brasileiros livres e pobres do limbo em que foram deixados pela historiografia.

O brasileiro livre e pobre desempenhou papel importante na economia do país desde o período colonial. No entanto, apesar de freqüentemente mencionado na historiografia como elemento importante na composição da população, seja no período colonial ou imperial, aparecendo nos altos e baixos da produção açucareira, cafeeira, algodoeira e outras, o trabalhador brasileiro livre e pobre foi objeto privilegiado de um parco número de estudos. Das obras que tratam do trabalhador nacional a maior parte focaliza a segunda metade do século XIX, privilegiando a expansão cafeeira e o período da transição do trabalho escravo para o trabalho livre. Ao que parece uma das causas para o esquecimento do trabalhador nacional parece ter sido a mesma razão de sua lembrança: a própria imigração que aparece identificada ao processo de expansão cafeeira e de transição/abolição. Enquanto o foco principal dos estudos sobre o tema e período recaía sobre o escravo e o imigrante, o número significativo de trabalhos sobre os imigrantes acabou por colocar em evidência a ausência

¹ P. Eisenberg, P.L. O homem esquecido: o trabalhador livre nacional no século XIX: sugestões para uma pesquisa” in *Homens esquecidos. Escravos e trabalhadores livres no Brasil, séculos XVIII e XIX*. Campinas, UNICAMP, 1989. p. 223-244.

de estudos sobre o trabalhador brasileiro. Mas, não é nosso propósito aqui discutir as causas dessa lacuna. As circunstâncias que a envolve são complexas e são o resultado de décadas de preconceito e marginalização da população livre e pobre em todos os aspectos da vida econômica, política e social do país.²

Escritos recentes sobre a o trabalhador nacional têm revelado a escassez de estudos sobre este grupo de população.³ O preconceito da sociedade brasileira contemporânea contra a população mestiça, livre e pobre, invariavelmente apresentada como “indolente”, “vadia” e “ociosa”, começou recentemente a ser reexaminado. Ao assumir, como os contemporâneos, que os nacionais teriam vivido à margem da sociedade, alguns estudos tentam explicar a preferência dos fazendeiros pelos imigrantes. Mas, como a literatura já apontou, a alternativa da imigração não se colocava igualmente para todas as regiões do país. Na verdade, para a maior parte do país – a exceção talvez seja apenas São Paulo -, o imigrante não constituía uma alternativa possível para o problema da mão-de-obra na lavoura; em várias regiões, o trabalhador brasileiro era a única opção.

Novos estudos também procuram examinar as atitudes da população livre e pobre com relação ao trabalho em uma sociedade escravista e em um país com uma fronteira aberta; atitudes que revelam a resistência desses trabalhadores em mudar um modo de vida baseado em valores culturais tradicionais para um outro mais metódico e disciplinado. A extrema mobilidade desse grupo de população, sua fluidez, a precariedade dos laços de trabalho emergem de várias fontes e não passaram despercebidas pela historiografia. Como observa Faria, examinando a população livre e pobre no período colonial, mover-se em busca de melhores condições de vida era uma atitude previsível e esperada, e para os forros

² A documentação sobre o trabalhador nacional também contribui para dificultar uma investigação sistemática, já que se encontra dispersa e fragmentada. W. Dean, por exemplo, observa que os trabalhadores brasileiros eram muito menos visíveis que os imigrantes europeus, e por isso passavam despercebidos nos relatórios governamentais, em geral porque não apresentavam dificuldades diplomáticas, nem problemas com os empréstimos e dívidas iniciais como os colonos imigrantes, in W. Dean. *Rio Claro. Um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. p. 119.

³ Eisenberg, *op. cit.*, p. 223-224, foi um dos primeiros a chamar a atenção para a falta de estudos. Ver também M. S. de C. Franco, *Homens livres na ordem escravocrata*, São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, 1969; C. M. M. de Azevedo, *Onda negra, medo branco*, São Paulo, Paz e Terra, 1988; H.M de Castro, *Ao Sul da História*, São Paulo, Brasiliense, 1987; mais recentemente, N. H. Leff. *Economic Development in Brazil, 1822-1913* in S. Haber (org.) *How Latin America Fell Behind. Essays on the Economic histories of Brazil and Mexico, 1800-1914*. Stanford, Stanford University Press, 1997. Leff repete argumentos contemporâneos, p.42.

e seus descendentes identificava-se com o exercício da liberdade.⁴ Muitos contemporâneos observaram a necessidade de controlar a mobilidade espacial e a independência desse grupo de população; consideradas como indicativo de ociosidade, e revelando o caráter indolente, preguiçoso, dos brasileiros livres e pobres.

Parte da literatura sobre o tema, de uma certa maneira, incorporou as idéias dos contemporâneos e, ao utilizar conceitos como “desclassificação” e “marginalidade”, ressaltam a ausência e a recusa ao trabalho por parte dos brasileiros, que passivamente se colocavam à parte de uma ordem que não os incorporava. Outra parte da literatura, tenta dialogar com essa bibliografia reforçando o caráter independente e autônomo desses indivíduos que se recusavam a trabalhar. A recusa ao trabalho, em vez de revelar o caráter indolente do brasileiro, revelava a opção pela não dependência.

Examinando a bibliografia relevante sobre o tema, e focalizando o comportamento e atitudes dos trabalhadores nacionais na segunda metade do século XIX em São Paulo, Denise Moura observa que a historiografia tradicional, assim como os contemporâneos, tem confundido a fluidez do cotidiano dessa população livre com a ideologia da vadiagem, “cujo descortinar apontava tão somente uma população que vivia à margem das grandes correntes econômicas, condenada a uma economia rudimentar de subsistência e pouco dada ao trabalho rotineiro e contínuo”.⁵

Valorizando os aspectos culturais da população livre e pobre brasileira, a autora observa que para se entender a questão do trabalhador nacional deve-se ir além das explicações demográficas, políticas ou econômicas. “A cultura está tão presente neste processo que boa parte da fala oficial preocupa-se com atitudes, comportamentos, mudança de hábitos e a educação dos pobres livres em relação à nova dinâmica de trabalho que surgia e é nos fragmentos, deslizes e brechas destas falas que encontramos indícios de como este segmento vivenciava este período.”⁶ Para a autora, os brasileiros livres e pobres

⁴ S. de C. Faria. *A colônia em movimento. Fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998. p. 102; ver também H. M. M. Castro. *Ao sul da História, op. cit.*; e da mesma autora, *Das cores do silêncio. Os significados da liberdade no sul escravista, Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1995; L. Kowarick. *Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1987. p. 65-66. Para o período colonial, além de Faria, ver L. M. e Souza. *Os desclassificados do ouro. A pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro, Graal, 1982.

⁵ D. A. S. Moura. *Saindo das sombras. Homens livres e pobres vivendo a crise do trabalho escravo. Campinas. 1850-1888*. Dissertação de mestrado. São Paulo, USP, 1996. p. 94.

⁶ Moura, *op. cit.*, p. 94.

resistiam ao processo que buscava incorporá-los ao trabalho regular e disciplinado das fazendas de café; buscavam preservar um modo e ritmo de vida no cotidiano e no trabalho que se apresentava cada vez mais ameaçado neste período de transição para o trabalho livre. Para os contemporâneos os nacionais poderiam ser utilizados como mão-de-obra desde que modificassem seus hábitos, sua conduta. Daí as propostas freqüentes de medidas coercitivas, de leis que controlassem o cotidiano e regulamentassem o trabalho desse grupo de população.

Seja colocando os nacionais como alvos de políticas e ações de exclusão, seja conferindo maior autonomia aos trabalhadores nacionais em suas decisões e opções, o que fica patente é que para boa parte dessa bibliografia este grupo de população, apesar de constituir mão-de-obra em potencial, não constitui elemento importante na configuração do mercado de trabalho de então.

A maior parte dos estudiosos falha em não reconhecer as circunstâncias econômicas e sociais em que estas pessoas estavam imersas. Em particular, eles falham em não reconhecer que a sazonalidade do emprego era a principal causa da instabilidade/irregularidade da força de trabalho.⁷ Em uma sociedade predominantemente agrária, não havia emprego disponível ao longo do ano para toda a população. A natureza sazonal, de curto prazo do emprego nesta economia rural baseada no trabalho escravo favorecia a mobilidade geográfica dos trabalhadores, os arranjos temporários e a diversificação de suas atividades.

Analisando o emprego de trabalhadores brasileiros livres nas fazendas de café de São Paulo e nas obras de construção das ferrovias, este texto destaca dois pontos. Primeiro, de forma distinta do que afirma parte da literatura sobre o tema, destaca-se a presença marcante de trabalhadores brasileiros exercendo as mais diversas atividades nos dois setores. Segundo, ressalta-se a importância da produção para subsistência para os trabalhadores, que muitas vezes abandonavam o emprego para se dedicar à produção de gêneros alimentícios, cultivados em lotes próprios, arrendados, ou cedidos “de favor”. A

⁷ Examinando características similares nos pampas, Amaral analisa a mobilidade geográfica (instabilidade) do trabalho como um reflexo da natureza sazonal, de curto prazo na economia rural de Buenos Aires. De acordo com o autor, a demanda é que era instável, e não a fonte de trabalho. S. Amaral, *The Rise of Capitalism on the Pampas. The Estancias of Buenos Aires, 1785-1870*. Cambridge University Press, 1998, p. 170-171.

produção para a subsistência constituía uma garantia de independência, mas principalmente de sobrevivência, nessa economia basicamente agrária.

2. Os trabalhadores nacionais nas fazendas de café

O crescimento da população livre brasileira foi contínuo ao longo do século XIX. A reprodução natural, a emancipação de escravos e a imigração contribuíram para que o número de pessoas livres fosse sempre maior que o número de escravos em quase todas as províncias do Império, desde o início do século XIX. Em São Paulo, apesar do incremento da população escrava até a década de 1880, provocado pela rápida expansão cafeeira, o número de escravos não constituía mais do que 30% da população total. De acordo com Eisenberg, até nas zonas mais produtivas do café, no Vale do Paraíba e no Oeste Velho, a população livre constituía a grande maioria.⁸

Os trabalhadores livres e pobres, brancos ou negros, desempenhavam as mais diversas atividades, se ocupavam dos mais diversos ofícios urbanos e rurais. Eram agregados, camaradas, empreiteiros, pedreiros, carpinteiros, pequenos sitiantes, vendedores ambulantes, empregados das tropas e da construção de estradas de ferro, vendeiros e outros. Referências sobre a sua participação no setor exportador cafeeiro são freqüentes.

Como pequenos proprietários, trabalhavam muitas vezes temporariamente, ou por empreitada, nas fazendas de café da vizinhança. Politicamente dependentes dos fazendeiros sobreviviam de favores, trocados por votos, trabalho, proteção e outros. Os pequenos lavradores, além de alugarem seus serviços, estabeleciam relações de trabalho com outros indivíduos, que muitas vezes não possuíam recurso algum. Geralmente ajustavam *camaradas* que os ajudavam em períodos de muito trabalho.⁹

Aqueles que não eram proprietários, eram admitidos nas fazendas como *agregados*, tinham acesso a terras marginais, onde podiam plantar para sua subsistência. Em troca desempenhavam diversas atividades, ligadas à produção, administração, supervisão e

⁸ P. Eisenberg, *op.cit.*, p.224-225. A população livre de cor em São Paulo correspondia a cerca de 28% do total da população livre em meados da década de 1830, e a cerca de 32% em 1872. De acordo com H. Klein, a população livre de cor brasileira cresceu vigorosamente mesmo nas regiões cafeeiras de São Paulo e Rio de Janeiro. H. Klein. *Nineteenth-Century Brazil* in D. W. Cohen e J. P. Greene (org.) *Neither Slave nor Free. The freedmen of african descent in the slave societies of the New World*. Baltimore e Londres, The John Hopkins University Press, 1972. p. 309-334, Tabela 10, p. 314.

proteção das fazendas. Podiam também ser empregados como *camaradas*, trabalhadores independentes, contratados por empreitada, locação de serviços ou diaristas. Além dos trabalhos na produção e cultivo do café, podiam derrubar matas e limpar o terreno para o plantio, construir e conservar os caminhos e estradas, cuidar do transporte local do produto, ajudar em época de colheita, cultivar gêneros de subsistência para a fazenda. Estes trabalhadores e suas famílias, constituíam um potencial significativo de mão-de-obra que podia ser recrutada nos momentos de pico do trabalho, ou para atividades que colocassem em risco a vida dos escravos, ou que não eram do interesse dos imigrantes.

É difícil estimar a quantidade de trabalhadores brasileiros empregados nas fazendas de café. Mas o número daqueles empregados nas mais diversas modalidades de arranjos parece ter sido bastante significativo e claramente aumentou com o alargamento da fronteira agrícola e com a expansão das plantações de café. No município de Rio Claro, por exemplo, havia 10 agregados e trabalhadores em 1822; em 1857, este número subiu para 357. Em 1822, constituíam 27,7% dos senhorios rurais; em 1857, 45,4%. Dean observou que na década de 1850 o surgimento de um grande número de minifúndios indica que muitos pequenos proprietários estavam sendo marginalizados: eles deixaram de produzir gêneros para o mercado e passaram a trabalhar em tempo parcial nas fazendas.¹⁰

É a partir de meados da década de 1850, com a extinção do tráfico internacional de escravos e depois das primeiras experiências frustradas com imigrantes europeus, que os fazendeiros passam a ver os trabalhadores brasileiros como uma fonte viável de mão-de-obra alternativa ou complementar ao trabalho escravo, especialmente nas regiões de fronteira.

Além de mais numerosos, a partir de meados do século, os trabalhadores brasileiros passaram a estabelecer com as fazendas um relacionamento em bases mais fixas, mais previsíveis, baseadas em contratos escritos. É evidente que as experiências com os trabalhadores imigrantes, com o regime de parceria e outras modalidades de contratos deve ter influenciado esta tendência. Com observou Floriano de Godoy, uma das principais conseqüências da “colonização particular” em São Paulo foi “chamar famílias brasileiras

⁹ Moura, *op. cit.*, p. 37.

¹⁰ Dean, *op.cit.*, p. 18-19.